Universidades Lusíada

Moita, Luís

Tópicos de reflexão sobre ética

http://hdl.handle.net/11067/4079

Metadados

Data de Publicação 1999

Palavras Chave Serviço social - Aspectos morais e éticos, Assistentes sociais - Ética profissional

Tipo article

Revisão de Pares no

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 19 (1999)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T07:04:38Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

TÓPICOS DE REFLEXÃO SOBRE ÉTICA [1]

*Luís Moita**

Gostaria de propor apenas três tópicos para a vossa reflexão: o primeiro sobre a ética em geral, o segundo sobre a intervenção social e o terceiro sobre a codificação da deontologia.

Começando pelo primeiro, em torno da questão da ética, recordo uma tradição, que provavelmente conhecem, que é o mito grego acerca de Prometeu e de Epimeteu. Para essa tradição grega havia um herói – Prometeu - que em tempos tinha roubado o fogo sagrado aos deuses e que o distribuiu pelos humanos, dotando-os daquilo que eram atributos divinos, ou seja, a luz, a inteligência, o conhecimento das artes e das ciências. Depois de ter raptado esse fogo divino, Prometeu foi duramente castigado, pois os deuses – como sabem - fizeram-no acorrentar para sempre.

Todavia, os deuses verificaram que a distribuição que Prometeu tinha feito pelos humanos era muito desigual, uns eram mais inteligentes que outros, uns mais sábios que outros, uns mais aptos para as artes e outros mais aptos para as ciências. Então decidiram mandar um segundo emissário - Epimeteu - para distribuir equitativamente por todos os humanos duas coisas que doravante seriam comuns a todos eles, a saber, a ética e a política. Dir-se-ia que há assim uma prerrogativa própria, universal e presente na consciência de todos os humanos, que é a sensibilidade para as questões morais e a responsabilidade face às questões políticas, como se fossem dois atributos irrecusáveis.

---

[1] Comunicação apresentada ao Seminário *Deontologia e Estatuto Profissional dos Assistentes Sociais,* organizado pela APSS, Lisboa, 2 de Março de 1998 (transcrição da apresentação oral).

* Vice-Reitor da UAL - Universidade Autonoma de Lisboa

Isto significa, reportando-nos agora à ética e pensando nesse mesmo atributo universal, que há em nós congenitamente uma liberdade de escolha, já que nem todo o nosso comportamento é programado nem pré-determinado. Dito de uma maneira um pouco mais simples, isto significa que a vida de cada um de nós pode ser em certa medida construída por si próprio. Possivelmente esta afirmação tem algo de banal e no entanto convém acrescentar de imediato que, se cada um se pode construir a si próprio, a verdade é que o faz tanto mais quanto mais contribui para construir os outros. Tal interacção, já se sabe, é mais complicada do que estas palavras podem sugerir. Se é verdade que nos podemos construir uns aos outros, que nos construímos uns aos outros, não é menos verdade que nos podemos destruir uns aos outros. Seguindo nessa direcção vamos provavelmente encontrar o reduto mínimo de qualquer sistema ético, que poderemos formular segundo a velha palavra da sabedoria tradicional: não fazermos aos outros, o que não queremos que nos façam a nós. Diga-mos que é o principio mínimo da reciprocidade, base da convivência inter-humana.

Isto significa que na nossa prática há-de ressaltar a supremacia da conduta cooperativa sobre o comportamento agressivo. Ao dizer esta frase, estou a recordar que na nossa interacção há naturalmente duas vertentes indissociáveis e porventura fatalmente presentes que são a agressão e a cooperação. Dificilmente nós vivemos sem nos agredirmos uns aos outros, mas não sobreviveremos se não cooperarmos. Creio que a exigência da moral, não ambiciona idealisticamente abolir a agressão, pretende apenas que haja supremacia da vertente de cooperação. Isto é verdade não só à escala global, como na relação do face-a-face. Porque, globalmente, como é bem sabido, estamos numa sociedade excessivamente competitiva e precisamos de nela afirmar a cooperação e a solidariedade. Dito por outras palavras, somos hoje confrontados com a necessidade de articular uma macro-ética planetária, que tenha em conta uma sociedade de cooperação, e ao mesmo tempo uma micro-ética terra-à-terra, também cooperativa, para o nosso quotidiano.

Prometi um segundo tópico sobre a intervenção social. Quem intervém no terreno do social é portador de uma responsabilidade acrescida. No vosso caso de assistentes sociais, poderia dizer-se que trabalham nessa fronteira da relação interpessoal e do colectivo. E ao dizer "colectivo", não pensemos que estamos a falar de qualquer coisa de anónimo ou de impessoal. O colectivo ainda é humano, é o reino do social, não é campo do impessoal. As sociedades são conjuntos cujas partes são também uns "todos", são totalidades, e isso altera significativamente a nossa maneira de nos relacionarmos com esse conjunto. Sendo plenamente humano, o social tem de ser humanizado, obrigando-nos a dar rosto ao colectivo.

Acresce que, na generalidade das vossas intervenções, há-de haver aquele peculiar cuidado,

que merece o carenciado e o excluído. Aí está posto à prova o nosso critério de respeito pelo humano, aplicado àqueles que alguns têm tendência a estigmatizar como sub-humanos. Provavelmente aí se estabelece o nosso verdadeiro teste de respeito pelo humano, ao lidarmos com aqueles que, de uma maneira ou de outra, nos parecem inferiorizados.

Esta intervenção social que caracteriza a vossa profissão faz-se em tempos de grande incerteza. Demasiadas vezes, em passados por vezes ainda recentes, a intervenção social foi guiada por visões totalizantes. Queriam explicar tudo, queriam ter a chave interpretativa das coisas, dos acontecimentos, do presente, do futuro. E sabemos que essas concepções, que essas visões, resvalaram para totalitárias. Tudo então, parece aconselhar uma acção seguramente ousada e persistente, mas também uma acção de pequenos passos, com a necessária reversibilidade face às incertezas dos percursos históricos. Ou seja, uma intervenção que não caia, nem na ambição desmedida, nem na mediocridade ou no conformismo. Estão a ver como são "descosidas" estas reflexões, mas confio na vossa inteligência para lhes dar unidade e coesão, e termino com uma nota sobre a codificação da deontologia.

A primeira coisa que dentro deste ponto gostava de sublinhar é que só os profissionais, melhor, só o corpo profissional é competente para se dotar a si próprio de um código deontológico. Nesse aspecto, enquanto instância de associação de profissionais de serviço social, é vossa competência declarar princípios, regras, normas, como queiram, no domínio da deontologia.

O enunciado deontológico, a afirmação sobre aquilo que deve ser feito no domínio do exercício da profissão, nunca pode ser pronunciado por alguém exterior à profissão, nem por nenhuma autoridade pública, nem por nenhum poder administrativo. Só os próprios profissionais são competentes para se dotarem a si próprios de um código deontológico. Se o não fizerem, estamos a correr um grande risco, de reduzir o código deontológico a uma perspectiva jurídica, e o jurídico, como sabem, é sempre por definição imposto por coacção, ou então, como uma mera medida administrativa emanada dos poderes políticos.

Poderá perguntar-se se, existindo um código internacional da deontologia do serviço social e havendo uma federação internacional que promulgou um código para a profissão, fará sentido um código nacional? Francamente julgo que sim e esse esforço de há muito está presente na Associação de Profissionais de Serviço Social e deve ser incentivado, por várias razões. Para já um código internacional peca sempre e necessariamente por demasiada generalidade; ganha então a escala nacional, quando desce mais ao concreto. Além disso, ele deve traduzir sensibilidades distintas, diferentes, porque o enraizamento das práticas, leva justamente a que faça sentido um enunciado mais enraizado. Além disso, um código de âmbito nacional deve saber inovar pela inauguração de novas exigências. Não tenhamos dúvidas, os processos não

Intervenção Social, 19, 1999

podem estagnar, há lugar para reconhecer e recuperar constantemente as exigências mais profundas que as práticas implicam.

Mas faz sentido falar de código no domínio da deontologia? Ao usar esta expressão mesma, não estamos a deixar contaminar a ética pelo vírus do jurídico, já que o que está codificado, a norma na sua promulgação consagrada, não é própria do domínio do jurídico? Por outras palavras: fará sentido traduzir os valores em normas? Não seria preferível mantermo-nos ao nível das afirmações de valor, que são elas próprias características de maior vitalidade, menos cristalizadas? Porque o valor é a chama, é o ímpeto, é a surpresa, é a novidade. Enquanto que a norma, justamente é o cristalizado, é a fórmula acabada, já feita, já dada. Sem prejuízo de reconhecermos esta dialéctica entre o valor e a norma, é bom reconhecer que faz sentido, sem prejuízo da vitalidade dos valores, recorrermos à formulação das normas. Elas são insuficientes, no sentido de nunca darem conta da complexidade do real, e no entanto são de grande utilidade porque definem marcos num itinerário.

De início prometi três tópicos, mas permito-me introduzir mais um, não sei se é um quarto, se um fecho, que vos proponho. É uma citação que faço com alguma emoção, até porque através dela se percebe que o discurso ético não tem forçosamente uma visão de inocência, como quem imagina viver no paraíso. Pelo contrário, tem bem claro que a vida e a condição humana estão cheias de dureza e de contradições e que, todavia, nelas devem irromper o sentido de construção recíproca.

Transcrevi uma pequena passagem do livro que aprecio muito do Italo Calvino. O livro chama-se "As Cidades Invisíveis", provavelmente muitos o conhecerão, e é uma reflexão, enfim, uma narrativa interessantíssima sobre a dualidade presente em cada uma das nossas cidades, como se cada uma delas fosse duas cidades. A cidade das andorinhas e a cidade das ratazanas, numa visão maniqueista, que nos mostrasse como estão sempre o bem e o mal misturados, e quem sabe, às vezes o mal pesa mais. O personagem histórico desse livro - Marco Polo - vai relatando as cidades que visitou. As ultimas palavras do livro são estas: "O inferno dos vivos não é uma coisa que virá a existir; se houver um, é o que já está aqui, o inferno que habitamos todos os dias, que nós formamos ao estarmos juntos. (Parece uma alusão ao tema do Sartre, para quem "o inferno são os outros", como se a nossa mera convivência fosse corrosiva e nos desgastasse inevitavelmente). Há dois modos para não sofrermos. O primeiro torna-se fácil para muita gente: aceitar o inferno e fazer parte dele a ponto de já não o vermos. O segundo é arriscado e exige uma atenção e uma aprendizagem contínuas: tentar e saber reconhecer, no meio do inferno, quem e o que não é inferno, e fazê-lo viver, e dar-lhe lugar".